

**FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

JÚLIA GASPERAZZO NEVES

**AUSÊNCIAS, VIOLÊNCIAS E ARTES NAS FAVELAS: UM
ESTUDO SOBRE PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO E
RESPOSTAS CULTURAIS EM FAVELAS DO RIO DE
JANEIRO**

VITÓRIA
2018

JÚLIA GASPERAZZO NEVES

**AUSÊNCIAS, VIOLÊNCIAS E ARTES NAS FAVELAS: UM
ESTUDO SOBRE PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO E
RESPOSTAS CULTURAIS EM FAVELAS DO RIO DE
JANEIRO**

Projeto de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Direito da Faculdade de Direito de Vitória
– FDV, como requisito para a aprovação na
disciplina Projeto de Conclusão de Curso.
Orientador: Profº Dr. André Felipe P. R. dos
Santos.

VITÓRIA
2018

RESUMO

A ideia inicial do presente estudo é analisar como a violência presente em várias relações no contexto social das favelas do Rio de Janeiro influencia o desenvolvimento dos jovens que convivem diariamente com essa figura. Ao analisar as formas de violência nos processos de socialização de crianças e jovens, nota-se que cada modalidade tem sua interferência na formação desses novos integrantes das comunidades. Isso se dá principalmente pela ausência do Estado nesse contexto, que não os reconhece como cidadãos dignos e têm seus direitos fundamentais violados. Em consequência disso, a criminalidade, por um lado, é vista como uma forma de proteção, ordem, bem como uma oportunidade de mudar as condições vividas pelos circulantes e residentes das favelas, pelo poder e status social que a mesma oferece. Por outro lado, é um caminho ilegal, que não promove um desenvolvimento sadio e com boas influências para a formação da identidade e ideologia desses jovens. Assim, como resposta a esse destino pré-determinado, muitos jovens procuram meios que possibilitem a oportunidade de uma vida melhor, como a arte, a dança e a música. Com isso, a questão do jovem se torna relevante, pois o meio em que vive e as pessoas ao seu redor influenciam diretamente no seu desenvolvimento, e, diante de tantas relações, as consequências geradas são proporcionais em quantidade. Dessa forma, cabe uma melhor informação acerca do tema, já que esses jovens em contato com diversas experiências e realidades diferentes um dia irão formar famílias e compor um novo grupo de moradores, que perpetuarão o que foi vivenciado por seus familiares.

Palavras-chave: Favela. Violência. Juventude. Cultura. Direitos fundamentais.

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	04
2 A SOCIALIZAÇÃO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE NAS FAVELAS	05
3 A SOCIABILIDADE NA FAVELA: VIOLÊNCIAS E RESISTÊNCIAS CULTURAIS	16
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	30

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente estudo objetiva compreender a violência no contexto dos processos de socialização dos jovens nas favelas e verificar como esses desdobramentos influenciam no surgimento de manifestações culturais dentro das favelas.

Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo responder à seguinte indagação: Em que medida a socialização da juventude nas favelas é influenciada pela violência e quais os desdobramentos da ausência do Estado para a manutenção ou transformação da realidade segregada da favela?

A escolha do tema para este estudo, além do interesse de pesquisa pessoal, é pautada na relevância do assunto no âmbito social, no que tange a violência nos processos de socialização dos jovens nas favelas, bem como possui relevância cultural, em consequência da influência dos desdobramentos da temática no meio artístico, que faz parte do contexto cultural brasileiro.

Diante do diverso acervo de métodos científicos, para o presente estudo, cabe, então, delimitá-lo ao método dialético, que propõe a transformação e a articulação de realidades, geralmente a social e a histórica, com formação de teses, como demonstrado no diálogo entre os capítulos.

Para inaugurar o presente estudo, no primeiro capítulo far-se-á uma breve introdução a respeito das diferentes formas as quais a violência pode se configurar, apresentando o cenário a ser trabalhado, que são as favelas, demonstrando como a violência está relacionada com o processo de socialização e o não reconhecimento dos direitos fundamentais dos jovens nessa seara social.

Posteriormente, no segundo capítulo, contextualizar-se-ão as favelas historicamente no Rio de Janeiro, demonstrando como o surgimento dessas comunidades, que inicialmente eram meras ocupações sócio espaciais, passaram a ter uma simbologia mais expressiva por conta da violência e da criminalidade que, em resposta à uma ausência estatal de reconhecimento, disseminaram novas manifestações culturais.

A SOCIALIZAÇÃO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE NAS FAVELAS

Para iniciar a discussão, cabe fazer uma análise teórica a respeito da violência no contexto da realidade brasileira dos processos de socialização e observar como essa questão influencia no desenvolvimento da infância e juventude, mais especificamente, dentro das favelas, que é o objeto de estudo em questão.

No que tange a violência, é importante estabelecer para presente abordagem a diferenciação e existência de mais de uma modalidade de violência presente na seara periférica.

Segundo Zaluar (2001, p. 4), a violência física, que é “perpetrada por traficantes ou bandidos nos bairros onde se encontram, assim como por alguns dos agentes do poder público encarregados da manutenção da ordem e da segurança”.

Em conjunto, a autora descreve ainda a chamada violência simbólica, “que se exerce também pelo poder das palavras que negam, oprimem ou destroem psicologicamente o outro”.

Nesse contexto, a violência física representada pelo uso da força física se faz presente e é justificada como instrumento de manutenção da ordem e segurança da comunidade, exercidas pelos traficantes locais, já que o alcance do Estado não ocorre de maneira eficaz.

Assim, a figura do traficante como aquele que proporciona o acesso ao que não se tem, aquele que soluciona conflitos e que busca diminuir a marginalização e a desigualdade é enaltecida.

Isso ocorre ainda que atrelada à violência e à força física, fundamentada na ideia de que esses aproximam os excluídos ao que se entende por dignidade e sociedade mais igualitária.

Guareschi reforça essa ideia ao dizer que além dessa figura propiciar ameaças, medo e perigo, “ao mesmo tempo, o traficante e a droga são experimentados como meios através dos quais a vila pode mudar de qualidade de vida, no que diz respeito à autonomia, à autogestão, à proteção, à justiça, ao alívio da dor e da fome” (Guareschi et al, 2003).

Desse modo, as pessoas das comunidades se veem exauridas pela falta de representatividade e têm sua própria identidade abalada pelo bombardeio de situações que não compõem sua realidade e que, por diversas vezes, são impostas e tidas como melhores a serem seguidas, o que configura a violência simbólica.

Assim, a busca incessante pelo enquadramento ao que é tido como normal e comum e a falta de meios eficazes para se alcançar essa finalidade, que aumentam ainda mais a desigualdade, permitem a abertura à criminalidade.

Essa é vista não pelas consequências negativas, como a violência, mas pelo que se proporciona em detrimento da ausência do Estado e do que pode ser alcançado por esse meio tido como mais compensatório do ponto de vista financeiro e de status social.

A respeito do supracitado, sugere-se que “no caso específico dos jovens, mais do que as ambiguidades de uma convivência que não implica engajamento, haveria proximidade, idealização do estilo de vida dos traficantes e adesão ativa” (Silva; Leite, 2007)

Essa situação desperta o interesse no poder, na importância de ser reconhecido e ter aquisição de bens materiais que, em sua maioria, não pertencem à realidade do jovem.

Em consequência, essa perspectiva tratada sobre a criminalidade diretamente relacionada com a violência começa a ser vista dentro das comunidades como algo rotineiro, uma vez que a convivência com a violência cotidiana permite assimilar certos comportamentos como se naturalizados fossem, por exemplo, a circulação de pessoas com armas de fogo à mostra.

Tal inversão de valores é refletida diretamente no meio social o qual propaga a violência como algo habitual e afirma que “a exacerbação da violência assim socialmente autorizada terminou por debilitar tanto a cidadania quanto o Estado e o mercado, tornando-se uma ameaça potencial ao desenvolvimento urbano e regional” (Ost, Fleury, 2013).

Soma-se a isso o entendimento de que, segundo Luiz Antonio Machado da Silva (2010), a violência urbana “[...] associa o uso de meios violentos à noção leiga de crime (a qual tem relação, mas não pode ser reduzida ao crime como figura do direito penal), enfatizando o quanto essa combinação ameaça permanentemente [...]”.

Essa questão implica na violência com a criminalidade e que essa relação ameaça, como o mesmo autor diz, a integridade física e o patrimônio das pessoas, além do que será suscitado, que são os processos de socialização.

Mediante a exposição da questão da violência nos espaços sociais segregados, a associação dos processos de socialização da infância e juventude nesse contexto pode ser melhor compreendida, a iniciar com elucidação dos modelos clássicos de socialização, a saber a família, a escola e o meio social em que a criança e o jovem se desenvolvem.

No que tange à socialização, Giddens (2005, p. 42) entende se tratar do “[...] processo pelo qual as crianças, ou outros novos membros da sociedade, aprendem o modo de vida de sua sociedade [...] e completa ao dizer que [...] é o principal canal para a transmissão da cultura através do tempo e das gerações”.

Nesse sentido, a socialização se define pelo contexto social e cultural a qual um indivíduo está inserido, mais especificamente crianças e jovens, pois esses se encontram em fase de formação e terão, ao longo do seu crescimento, influências do meio o qual se desenvolveram, chamados de agentes de socialização.

Esses agentes, segundo Giddens (2005, p.42) “[...] são grupos ou contextos sociais em que ocorrem processos significativos de socialização”, que sociologicamente são

classificados de acordo com a fase etária do ser humano em socialização primária e secundária.

Conforme o entendimento do autor, “a socialização primária ocorre na primeira infância [...]. É o tempo em que as crianças aprendem a língua e os padrões básicos de comportamento que formam a base para o aprendizado posterior” (Giddens, 2005, p.42). Nessa etapa a família se destaca como principal agente de socialização.

Por sua vez, “a socialização secundária tem lugar mais tarde na infância e na maturidade. Nessa fase, outros agentes de socialização assumem algumas responsabilidades que antes eram da família” (Giddens, 2005, p.42), em destaque a escola e outros meios de convivência, como o trabalho, por exemplo.

Desse modo, Giddens (2005, p.42) reafirma que “a socialização, portanto, é o processo por meio do qual a criança indefesa gradualmente se torna uma pessoa autoconsciente e instruída, hábil nos modos da cultura na qual ela nasceu”, o que enfatiza a importância da base familiar, educacional e social na construção da identidade pessoal.

A partir disso, nota-se como o processo de socialização, seja na fase da infância ou da adolescência é, em sua essência, marcado diretamente pelo meio social e cultural o qual o indivíduo está inserido, bem como pelo relacionamento e convivência com os demais membros da mesma comunidade.

O jovem durante seu aprendizado adquire diferentes experiências dos agentes de socialização que, ao longo do tempo, são acumuladas e tornam-se essenciais na formação da personalidade e individualidade do ser. Igualmente se pode pensar a respeito da construção de valores e ideais.

Logo, a transição da fase juvenil para a vida adulta é complexa, já que é responsável por inúmeras transformações e construções na vida do indivíduo com o fator de ser uma etapa sinalizada por fragilidades, já que tudo está em mudança e em processo de formação.

É nessa fase que os jovens estão mais conectados consigo mesmos e com o mundo ao seu redor, em que perpassam diversidades sociais e culturais, começam a formar identidades, ideologias próprias e vivem momentos de instabilidade, incertezas e inseguranças.

Por conseguinte, esse grupo em específico é considerado pelas ciências sociais como mais vulnerável, haja vista que não estão completamente formados, o que os torna mais susceptíveis a diversas formas de influência presentes em seu meio social.

Acrescido a isso, além da fragilidade natural existente nessa fase de transição para a vida adulta, há um fator agravante que é o contexto de inserção do jovem do presente estudo, tal seja a periferia, com inúmeros influenciadores, com destaque para a violência.

Nesse sentido, Rizzini, Limongi (2016) entendem que o jovem “[...] é mais vulnerável aos impactos da violência. Ao terem sua imagem associada à periculosidade, estes jovens pobres têm acesso restrito ao mercado de trabalho e ao ensino de qualidade, prejudicando seu desenvolvimento e sua inserção social”.

Além disso, ao associar a fácil influência a qual esses indivíduos em formação estão expostos com o processo de socialização o qual perpassam, é possível observar que os agentes de socialização, apesar de diferentes, pertencem a um mesmo sistema.

Por consequência, esses contextos não se dissociam da violência e dos seus desdobramentos, o que evidencia forte influência dessa figura nos processos de socialização.

O fato da família, dos integrantes das escolas e os demais pertencentes à mesma comunidade fazerem parte de um mesmo meio social que está entranhado e vinculado à violência cotidiana faz com que essa seja transmitida nos meios de socialização.

Ademais, tem-se em razão disso a perpetuação da violência, seja ela física, vista na figura dos traficantes e até mesmo agentes do Estado por meio de repressões, ou seja ela simbólica, oprimindo psicologicamente determinado indivíduo dentro da própria realidade.

Acrescenta-se ainda que “o processo de construção das identidades se dá nos espaços da família, da escola, da rua e da comunidade onde vivem, entre outros, os quais são constantemente atravessados por questões ligadas à pobreza, à violência e ao trabalho [...]” (Guareschi et al, 2003), o que influencia no crescimento do indivíduo como um todo.

É importante ressaltar que a violência, por estar contida no sistema social o qual jovens objetos do presente estudo estão inseridos, se faz presente nos distintos meios de socialização possíveis, já que a família, as pessoas da escola, por exemplo, encontram-se também dentro desse sistema.

O fato do jovem de periferia conviver cotidianamente com a violência gera um vínculo com sua própria identidade, que se desenvolverá em um contexto em que se naturaliza a violência que, por consequência, vai além da formação pessoal e envolve uma questão cultural da periferia.

Essa situação oportuniza a inserção da população juvenil em facções criminosas, ao passo que a imagem que o crime e a violência ostentam, como forma de ordem, poder, identidade, status social, já que os mais bem vistos nas favelas são chefes de tráfico, todo o envolvimento construído na figura do traficante atrai crianças e jovens desde o início do processo de socialização.

Em relação a essa temática, a autora Carolina Grillo (2013, p. 56) ilustra e confirma essa ideia ao expor que “o simples fato de morar numa comunidade em que há tráfico pode produzir, principalmente nos mais jovens, vínculos afetivos com o repertório simbólico associado à facção [...]”, bem como a “[...] afirmação do local e do compartilhamento da experiência de viver um cotidiano neurótico, marcado pela violência armada e violações diárias de direitos” (FACINA; PALOMBINI, 2017).

Ademais, Misse (2011) entende que essa é uma ocorrência até mesmo naqueles jovens que não têm a criminalidade como influente direta e expõe que “do mesmo modo, foi constituindo-se - em um ambiente social desprovido, em geral, de outras identificações coletivas fortes - um referencial simbólico de identidade local, mesmo para os jovens não envolvidos diretamente com o tráfico [...]”.

Além disso, entende-se que a desestrutura ou ausência familiar é um outro importante elemento que contribui para a inserção de crianças no mundo da criminalidade.

Nesse sentido, visto que além de ser um dos principais e primeiros meios de socialização do ser humano, essa situação, muitas vezes, “se caracteriza como um modo de sobrevivência para a maioria das pessoas na comunidade, além de fazer com que se tornem violentas” (Guareschi et al, 2003).

A violência gera grande influência no meio periférico, pois é intrínseca à essa realidade e vai além da participação e do contato diretos do jovem com a criminalidade.

Para exemplificar esse pensamento, Rizzini e Limongi (2016) ilustram o momento em que esses jovens deixam de ir à escola, por exemplo, devido à violência no local onde residem. Sob esse ponto de vista, fica claro que esses possuem mais elementos limitadores que outros jovens que não vivenciam esse contexto.

Com isso, observa-se que por trás da violência, através dos traficantes, criou-se uma simbologia de poder e domínio, em que, ao mesmo tempo que essa figura supre necessidades, provoca temor psicológico.

Complementa-se a isso dizer que, (Guareschi et al, 2003), “a amizade entre habitantes da favela e bandidos faz com que as pessoas que lá residem tenham medo de fazer alguma coisa contra os marginais, fazendo com que, em geral, eles tenham uma posição silenciosa e passiva em relação à violência”.

Ademais, “essas relações sociais estão sujeitas a vetores de força, ou seja, a relações de poder, que não são simplesmente definidas, mas impostas” (Guareschi et al, 2003).

Nesse trecho, fica evidente que o papel do traficante é definido conforme o contexto o qual está atuando, seja no suprimento, na manutenção da ordem e da justiça ou no controle da comunidade, que se configura no poder e status social.

Desse modo, fica demonstrado que por mais que se reconheça na figura do traficante, o terror psíquico se destaca a ponto dos indivíduos que convivem com a situação rotineiramente se calarem para não sofrerem consequências mais dolorosas do que o próprio contexto social em que vivem.

Mediante essa exposição, é importante ter em mente que na sociedade contemporânea os referenciais de contextualização, influenciadores principalmente, na fase de transição para a vida adulta, são plurais.

Com isso, permitem uma diversidade considerável de informações, distintas formas de escolhas e caminhos a serem tomados conforme as experiências vividas por cada pessoa.

Nesse sentido, Setton (2005, p.11) entende que “à medida que uma pluralidade de opções e escolhas está ao alcance dos indivíduos, estes terão, conseqüentemente, cada vez mais oportunidades de deliberar” e assim, a autora acrescenta que “articulariam uma gama variada de padrões e valores identitários”.

Em conjunto a essa compreensão, “o que se observa é uma tendência à articulação e à negociação constante entre valores e referências institucionais diferenciados e as biografias dos sujeitos” (Setton, 2005, p.11), querem dizer, a captação de experimentos e consolidação desses em pensamentos e formas de agir não é linear.

As fontes de experiências e trocas de informações são distintas, ao ponto em que o jovem atual possui contato com realidades diversas, o que proporciona um

desenvolvimento mais enriquecedor do que o padrão estabelecido apenas no meio em que vive.

Setton (2005, p.11-12), ilustra essa visão ao expor que “por não ocupar posições semelhantes em todos os espaços sociais, o indivíduo vive experiências variadas e às vezes contraditórias na contemporaneidade”.

Essa ideia afirma que, além dos indivíduos exercerem papéis distintos, as experiências por eles vividas também podem ser interpretadas sob pontos de vista diferentes, o que irá influenciar em suas escolhas e caminhos a serem seguidos.

Assim, à respeito desses diferentes papéis exercidos, acrescenta-se ainda que os jovens, diante de diferentes escolhas, “[...] não se reduziram a uma identificação coerente com papéis sociais identitários e com padrões normativos institucionais atribuídos a eles, nem interiorizariam linearmente projetos institucionais [...]” (Setton, 2005, p.11).

Ao olhar sob o panorama da violência, a ideia de que essa figura pode ser enxergada de diferentes modos e contextos, como mencionado, quer dizer que a juventude atual e contemporânea, ainda que ligada a essa figura desde a socialização, é capaz de realizar escolhas independentes.

O ser, dentro de sua individualidade, atribui valores e pesos diferentes a determinadas experiências com positivas e negativas, mais ou menos importantes e, a partir disso, tem-se resultados diferentes.

Para esclarecer melhor, Giddens (2005, p. 43) aponta que “os cenários culturais em que nascemos e amadurecemos influenciam nosso comportamento, mas isso não significa que os humanos são privados da sua individualidade ou do seu livre-arbítrio”.

O que se pretende expor é que, mesmo com a presença da violência essa se faz notória influente, mas não é a única norteadora das escolhas individuais de cada um. As experiências plurais também se fazem importantes e podem definir outros

caminhos que a violência não se faz tão presente, caso essa figura não tenha tamanha importância, a depender do ator observador.

Desse modo, ainda que demonstrada a influência direta que a violência produz nos processos de socialização, o fato de cada indivíduo a partir de suas vivências e experiências próprias poder formar sua identidade de maneira plural, permite que os desdobramentos dessa figura recaiam de forma heterogênea sobre vida de cada ser.

Nota-se que os jovens “são sujeitos dotados de sonhos, desejos e expectativas, que buscam realizar seus anseios, mesmo vivenciando um contexto violento e desigual [...] que diariamente constroem estratégias para resistirem à violência que os cerca [...]” (Rizzini, Limongi, 2016).

O trecho supracitado esclarece que, em relação aos jovens, por mais que a violência em si esteja atrelada ao sistema como um todo, imposta desde o processo de socialização, essa não é determinante para a construção da identidade pessoal, ainda que se reconheça que, de fato, tal figura tenha influência significativa no desenvolvimento daqueles que vivem em periferias.

Em outras palavras, é reconhecido que a violência esteja arraigada desde o início da educação dos membros de determinada comunidade e não se desvencilhe da cultura perpetuada por gerações.

Por outro lado, é possível que a incidência dessa violência ocorra de diversas maneiras e produza inúmeros efeitos distintos no desenvolvimento das pessoas que não necessariamente estarão vinculados à criminalidade, mas que por conta de uma questão cultural, permite que a violência ainda se reproduza.

Diante dessa postura, o poder simbólico dessa forma de violência prevalece e se perpetua muitas vezes com o fundamento de que assim as comunidades possam ter mais segurança e se aproximem daquilo que se considera como igualdade, sem medir que essa prática idealizada, de forma deturpada, contribui para a manutenção da violência, como um ciclo vicioso.

Isto posto, fica demonstrado que a violência é transparecida em diversos pontos do contexto social narrado, seja através da figura do traficante, dos meios de socialização, como uma forma de poder e reconhecimento que está entranhada nas comunidades periféricas e influencia direta e indiretamente o desenvolvimento dos jovens inseridos nesse meio, que se manifesta como uma violência simbólica.

A SOCIABILIDADE NA FAVELA: VIOLÊNCIAS E RESISTÊNCIAS CULTURAIS

As periferias, como o próprio nome indica, formaram-se ao redor de grandes centros, com indícios datados da metade do século XIX e do século XX, época essa marcada por grandes mudanças no cenário urbano brasileiro em geral.

Assim, segundo Queiroz Filho (2011) “[...] no Brasil, date do início da colonização portuguesa, as referências aos assentamentos denominados como favela estão associadas ao contexto histórico da cidade do Rio de Janeiro, no século XIX”.

Porém, essas modificações e consequentes transformações urbanas tornaram-se mais visíveis posteriormente. Com isso, acrescenta-se que “o crescimento vertiginoso das favelas, no Brasil, está diretamente relacionado ao processo de urbanização, indissociável do período de intensa industrialização, particularmente nas décadas de 1950 a 1970” (QUEIROZ FILHO, 2011).

Nesse sentido, Maricato (2000) embasa esse argumento ao dizer que “as reformas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno "à moda" da periferia”.

Somado a isso, a autora acrescenta que os responsáveis por tais reformas, construções e obras, ou seja, os trabalhadores, eram excluídos desse processo e, por isso, seguiam para os morros e começaram a habitar novos espaços que antes não eram urbanizados.

Com isso, o surgimento das favelas, em específico no Rio de Janeiro, marcou o cenário geográfico dessa região e, segundo Soares (2006, p. 2) “elas se formaram ainda na segunda metade do século, ocupando áreas inutilizáveis, ao menos em um primeiro momento, pelo mercado imobiliário”.

Assim, a princípio as favelas e periferias surgiram sem planejamento e a partir de uma necessidade de abrigar pessoas que vieram para os centros urbanos em consequência da urbanização e industrialização, que não tinham onde morar e acabaram por ocupar espaços periféricos desses centros.

Nesse sentido, expõe-se a respeito das periferias, o fato dessas terem “proximidade espacial com os bairros de classe média alta, urbanisticamente organizados e providos de equipamento e serviços urbanos, produziu um forte contraste social [...] (RIBEIRO; LAGO, 2001)”.

Esse fenômeno sinalizou notória mudança urbanística que fez crescer significativamente a população do meio urbano. Logo, entende-se que “[...] as favelas acompanharam as fronteiras de expansão urbana, motivadas ora pelas atividades industriais ora pelas imobiliárias” (Soares, 2006, p. 2).

Por outro lado, com o crescimento populacional nessas áreas consideradas informais, também surgiu evidente desigualdade social. Nesse sentido, Soares (2006, p. 2) entende que “as favelas são um dos maiores exemplos da configuração sócio espacial extremamente desigual da cidade do Rio de Janeiro”.

Isso se dá pelo fato de que os habitantes que iniciaram a constituição das periferias, a fizeram não por escolha, mas por exclusão da própria sociedade, já que esses não tinham condições de se manter nos centros urbanos e tiveram que ocupar regiões ao redor.

Em relação às periferias, “os seus habitantes participavam ativamente do processo de reprodução do capital e do desenvolvimento urbano, mas, paradoxalmente, não tinham pleno direito à cidade que ajudavam a erigir” (Soares, 2006, p. 2).

Aponta-se, ainda que “moradores denunciam a falta de serviços básicos de esgoto e coleta efetiva do lixo, gerando a ameaça constante dos ratos, como ausência de uma verdadeira ordem que os iguale aos demais moradores da cidade” (Fleury, 2012).

Desta forma, é possível afirmar que o próprio advento das favelas é caracterizado pela desigualdade social, bem como a negação de direitos fundamentais dos indivíduos que constroem uma realidade a qual eles não fazem parte.

Em paralelo, a figura do Estado no contexto apresentado se faz ausente, diante do não reconhecimento da cidadania daqueles que pertencem às favelas, refletida na falta de fornecimento do que é mínimo à sobrevivência digna do ser humano como saneamento básico, segurança, suprimentos, entre outros.

Essa postura, conseqüentemente, pressupõe o surgimento de violências que vão além da figura associada à criminalidade e à ilegalidade, mas a uma imagem de opressão de direitos.

Ou seja, o próprio Estado na omissão de direitos fundamentais promove a violência, uma vez que os participantes desse meio social não são vistos como cidadãos integrantes do complexo urbano, e sim como marginalizados.

Nesse segmento, é importante destacar a violência policial, que representa a figura do Estado sob a perspectiva simbólica, no que tange à ausência dos serviços públicos e também à falibilidade da polícia quanto à garantia de ordem social nas favelas, dominadas pelos traficantes.

Sob esse ponto de vista, Grillo entende que “a função da polícia, que fora desde sempre o controle arbitrário dos pobres, tornou-se, portanto, explícita, mudando-se a tematização do conflito social de uma linguagem dos direitos para uma linguagem da violência [...]” (Grillo, 2013, p.15).

Diante do exposto, é possível identificar uma mudança nos desdobramentos da função policial, ao passo que essa figura ao invés de representar segurança, organização e controle sobre a região periférica, demonstra a deficiência do instituto e, por consequência, gera espaço para o surgimento da violência e da criminalidade.

Ainda nessa questão, um ponto interessante a ser mencionado é a tentativa falha de solucionar o problema social complexo que é a favela apenas com a intervenção

policial que, em sua grande maioria, recebe salários baixos à realidade da profissão, não têm devido treinamento e têm à sua disposição um acervo de equipamentos insuficientes.

Com isso, as incidências da corrupção desse grupo bem como os subornos tendem a acontecer com mais frequência, o que não só evidencia uma imagem de impotência do poder policial, que fortalece a figura dos traficantes e faz com que a criminalidade se reproduza.

À respeito da corrupção policial, Misse (2011) entende que “no Brasil são muito fortes e constantes as acusações e denúncias de corrupção na polícia, especialmente na polícia do Rio de Janeiro” e analisa três situações principais dessa ocorrência no contexto brasileiro.

No que tange a esses três elementos, segundo o autor (Misse, 2011), uma delas é a propina no que diz respeito a multas e infrações; há também a chamada troca negociada, que ocorre “[...] geralmente envolvendo contraventores e outros agentes de mercados ilícitos que não envolvem necessariamente o recurso à violência” e também o arrego “[...] que é a troca assimétrica ou extorsiva, geralmente pactuada no tráfico de drogas [...]”.

Assim, é possível compreender que o fato dos policiais serem corrompíveis diante dessas situações está estreitamente relacionado com o ilícito, com tráfico e com um mercado de pessoas envolvidas com a criminalidade.

Sob esse ponto de vista, Misse ilustra o argumento referente às três situações expostas ao dizer que “sem essas mercadorias políticas, torna-se difícil compreender as relações entre violência, organizações criminosas e lucros nos mercados ilegais brasileiros” (Misse, 2011).

Em contrapartida, mediante o fracasso do Estado representado pela figura policial, ocorre o fortalecimento da criminalidade e, conseqüentemente da violência, que buscam suprir as lacunas sociais presentes nesse meio.

Nessa busca por preencher aquilo que o Estado não institui e nem investe é que se dá a abertura para práticas ilícitas como circulação de armas e tráfico de drogas, que são construções do cenário propício para o aparecimento da criminalidade violenta.

Associado a isso, tem-se também a violência simbólica, como já mencionada, que parte de um pressuposto de opressão psicológica e ideológica em conjunto com o desrespeito aos direitos fundamentais e dignidade da pessoa humana em detrimento da imposição de uma realidade ideal.

Maricato (2000) complementa essa ideia ao dizer que mesmo com crescimento e a industrialização dos centros urbanos, manteve-se “[...] grandes contingentes sem acesso a direitos sociais e civis básicos: legislação trabalhista, previdência social, moradia e saneamento, entre outros” e acrescenta que isso ocorreu “[...] sobre uma base estrutural e historicamente desigual”.

Nesse contexto, o não reconhecimento daqueles que coabitam as favelas como cidadãos de direitos, o choque de realidades e contextos culturalmente e socialmente distintos também produzem um tipo de violência, que é tão incisiva quanto a violência física e relacionada com a criminalidade.

Ademais, entende-se que “a relação do poder estatal com as favelas foi estabelecida a partir da ausência de bens e serviços públicos nestes territórios, e da invisibilidade social construída por meio da denegação de sua existência” (Fleury, 2012).

Mediante o exposto, nota-se que os fatores que fizeram surgir as periferias, com destaque à ausência do Estado, foram responsáveis por disseminar a violência e mostrar que essa figura está atrelada historicamente com o próprio desenvolvimento das favelas.

Constatado isso, é possível identificar nos primórdios da reprodução cultural e social das favelas a presença violenta de todo esse desenvolvimento, como nos processos de socialização, que tendencialmente irão reproduzir para crianças e jovens a violência.

Assim, a socialização do jovem com a presença da violência em seu contexto de desenvolvimento pessoal pressupõe a criminalidade que, conseqüentemente, pressupõe a ausência do próprio Estado e seus representantes, como os policiais.

Conforme o supracitado, o fato de existir pessoas armadas na favela, comandos e facções envolvidas com o tráfico de armas e drogas é consequência do descontrole e desordem estatal, que não dispõe de medidas suficientes para conter o caos social que envolve as favelas.

Além disso, ainda que o Estado, de forma ineficiente, seja representado pela polícia, essa figura também não garante a ordem, nem direitos fundamentais dos moradores das comunidades, que cumprem deveres, mas não têm contrapartida quanto a cidadania e dignidade humana.

Assim, conforme o relato de Fleury (2012) “lideranças locais reclamam da não correspondência entre os deveres que tiveram que assumir abruptamente com a entrada da polícia, seguida pelo mercado, e a ausência de bens públicos que resguarde os direitos da cidadania”.

Isso demonstra que caso o Estado não fosse omissivo, entendesse os moradores das comunidades como sujeitos de direitos e fizesse cumprir os direitos fundamentais desses grupos sociais, a realidade desses cidadãos seria completamente diferente.

Visto isso, compreende-se que o significado inicial da expressão periferia foi ampliado e carregado de simbologia, sentidos e histórias que vão para além da ocupação de espaços imobiliários desocupados às margens dos centros urbanos.

Nessa perspectiva, é entendido que “a favela pode representar tanto um momento da mobilidade ascendente de certos segmentos sociais, quanto o seu contrário, lugar do refúgio para aqueles que estão em processo de marginalização social (RIBEIRO; LAGO, 2001)”.

Isso significa dizer que as favelas, ao longo do tempo, passaram a representar mais do que meras modificações espaciais urbanas e geográficas. Esse complexo social

à medida do seu desenvolvimento repaginou o que se entendia por organização social e cultura.

Tudo isso surgiu como resposta à ausência do Estado, à negação de direitos, à falta de dignidade humana, ao não reconhecimento da cidadania dos integrantes desse meio social, considerados elementos na sociedade.

Esses grupos muitas vezes são rotulados e, por conta disso, têm definições culturais e comportamentais atribuídas a eles de maneira equivocada como se fossem completamente fadados ao meio o qual vivem, ou seja, que necessariamente se tornarão “bandidos”.

Por outro lado, é importante salientar que a ausência do Estado nas favelas não produz apenas violência no que diz respeito à falta de direitos fundamentais ou à violência própria do tráfico. Há também a produção de uma cultura de resistência ao isolamento político e social realizado pelo Estado, que demonstra uma forma alternativa a uma vida com perspectivas melhores que aquelas pré-definidas.

Assim, o próprio combate à violência, à carência de suporte nas necessidades básicas, à criminalização, à repressão psicológica e toda essa questão como influência nos processos de socialização encontrou suporte no meio de inúmeras manifestações culturais, como por exemplo, a dança, a arte e a música.

No que diz respeito aos jovens que tentam de alguma forma mudar sua própria realidade através da dança, Raposo (2016) defende que esses “ao contestarem estereótipos e transporem os muros simbólicos que os querem isolados e anônimos nas margens da cidade, criam identidades positivas que subvertem o seu lugar na hierarquia social”.

Nesse sentido, o fragmento disposto acima demonstra que além de romper com a preconceção criada ao redor dos moradores das favelas, a manifestação cultural constrói um olhar diferente daquele que é imposto sob uma perspectiva mais otimista.

Assim, os jovens têm a viabilidade de enxergar caminhos além daqueles que lhes são oferecidos pela violência e pela criminalidade. Isso permite algo importante para essa fase da vida, que são as escolhas.

Logo, diante de outras possibilidades, esses indivíduos em formação têm o poder de escolher seguir uma vida diferente daquela que lhes foram estabelecidas socialmente.

A partir desse entendimento, então, é possível enxergar que apesar dos processos de socialização de crianças e jovens estarem diretamente interligados com a violência, a criminalidade e práticas ilegais, esses não estão fadados à uma vida voltada para o crime.

Desse modo, a vontade de querer ser melhor, de ter uma identidade diferente da realidade que envolve para o lado negativo e massacra, principalmente a população juvenil, é que motiva a mudança e incentiva a força de se buscar outros meios para uma vida mais próxima da dignidade.

É sob esse ponto de vista que muitos jovens passam a desenvolver habilidades, como é o caso do hip hop que engloba o grafite, o break e o rap para ir de encontro ao estereótipo atribuído aos moradores das favelas e mostrar que existem pessoas capazes de ir além do esperado.

Nesse entendimento, Raposo (2016) afirma que “o break dance desloca os muros invisíveis fabricados pela segregação, pelo preconceito e pelo tráfico de drogas, estimulando uma experiência de alteridade ampliadora dos direitos dos jovens à cidade”.

Conforme o exposto, muitos jovens, com a intenção de sair da realidade intitulada “pobre, negro e morador de favela” (Raposo, 2016), lançam mão de meios que proporcionam novas perspectivas e futuros diferentes dos que já estão traçados.

Para tomar um dos muitos bons exemplos de produção artística e cultural nas favelas, uma dessas experiências é a interação entre pessoas de outras

comunidades e até mesmo de bairros nobres que se reúnem para participar de campeonatos de break, que por diversas vezes a sede é uma favela, localizada no morro do Vidigal, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro.

Essas disputas são caracterizadas por interesses, dentre eles, a miscelânea de realidades diversas, as relações interpessoais e trocas de experiências, bem como afastar as diferenças com a intenção maior de propagação cultural e artística através da dança.

Por essa razão, Raposo complementa que estar nesses campeonatos e serem destaque “[...] permitem aos jovens não apenas serem reconhecidos entre os adeptos desta cultura urbana, mas também inscreverem a sua presença na cidade sem estarem reféns dos rótulos que os querem inferiorizar (Raposo, 2016).

A partir do fragmento acima mencionado, é possível observar que as manifestações culturais e artísticas permitem não só que a juventude se desvencilhe das amarras impostas pela própria sociedade, mas também que eles se afirmem enquanto cidadãos iguais e de direitos.

Ainda sobre o Hip-Hop, complementa-se que “[...] a jovem cultura negra do hip-hop parece agora mais descompromissada com uma cultura focada em suas raízes [...] sendo assim, capaz de articular um fórum supranacional de jovens pobres e pretos que levantam a bandeira da resistência” (HOLLANDA, 2014, p. 3).

No fragmento supracitado, a autora demonstra que a cultura do hip-hop, principalmente nas favelas, se destaca como uma forma de protesto e resistência às ausências sofridas nesse meio e aos estereótipos impostos aos seus moradores.

Além de eventos como esse, que promovem encontros sociais e culturais, existem trabalhos comunitários, ONG’S, fundações e associações voltadas ao objetivo de despertar no jovem a vontade e a curiosidade em novas influências que possam mudar e acrescentar a identidade pessoal de cada um.

Dentre esses projetos, é importante destacar o grupo “Nós do Morro”, com fundação há mais de 30 anos na favela do Vidigal, que oportuniza tanto crianças, jovens como adultos a saírem do seu cotidiano para viver uma experiência não só teatral e cinematográfica, mas de aprendizado interpessoal e cultural.

A respeito do supracitado, segundo Coutinho (2006, p. 2) “o grupo teatral Nós do Morro representa atualmente uma das mais importantes iniciativas no âmbito de trabalhos artísticos e sociais desenvolvidos em comunidades do Brasil”. Assim, como ilustração, segue uma foto representativa de um grupo de jovens pertencente ao Nós do Morro:

Foto - Primeira turma de cinema com Rosane Svartman (de vermelho).



Fonte: Acervo Nós do Morro

Esse trabalho além de movimentar esperança e sonhos naqueles que estão ainda em processo de formação, também possibilita adultos que já possuem uma vida estruturada a terem seu reconhecimento no ramo artístico ou cultural.

Nesse sentido, esse grupo confere voz àqueles que são esquecidos e marginalizados socialmente e, por conta disso, são muitas vezes tidos como condenados do próprio meio o qual vivem.

Com isso Coutinho (2006, p. 8) destaca que “a valorização dos elementos próprios da comunidade e de sua cultura, bem como as formas de expressão foram os fatores que determinaram, além da adesão de jovens atores ao grupo, a conquista do público da favela”.

A partir desse trecho identifica-se a importância da valorização cultural produzida nas favelas e por seus próprios membros, pois isso mostra que as comunidades têm algo a mais a oferecer do que a violência, a criminalidade e a ilegalidade, além de ser um incentivo à participação dos jovens.

Quanto a esse ponto, Bentes (2007, p. 13) expõe que “são muitas as estéticas da violência, com diferentes éticas e consequências: afirmativas, reativas, resistentes elas podem ser sintoma e expressão de formas de viver, valorar e pensar”.

Em outras palavras, a autora enxerga a violência como uma impulsão para o desenvolvimento de outras maneiras de agir, pensar, se expressar que não estejam necessariamente associadas a essa figura, como uma reação à opressão e ao emolduramento de identidade.

Assim, trata todo o movimento e desdobramento das manifestações culturais, artísticas que também são sociais como uma barreira à violência simbólica que pretende reprimir a ideologia, o comportamento e o pensamento dos grupos sociais formados pelo fenômeno que são as favelas.

Dessa maneira, Bentes (2007, p. 13) atenta para uma possível política de inclusão das manifestações culturais por parte do Estado, uma vez que essas “explodem nos grandes centros: música, teatro, vídeo produzidos em parceria com as favelas e vitalizando as periferias, “culturas” periféricas que se afastam do impulso meramente assistencialista e afirmam uma “qualidade” político-estética [...]”.

O que se pretende dizer com a transcrição do fragmento é que se deveria oportunizar com maior ênfase a inserção das produções teatrais, cinematográficas e artísticas nos meios urbanos de todas as classes sociais e privilegiar essas manifestações pela qualidade do conteúdo produzido.

Ao valorizar essas manifestações artísticas, não se propaga apenas uma forma de cultura produzida no próprio contexto da realidade brasileira, porém mais do que isso, é reconhecida a identidade de um grupo de pessoas marginalizadas como pertencentes à uma sociedade maior e, conseqüentemente, a cidadania e direitos fundamentais dos mesmos.

Nesse contexto, Heloisa Buarque de Hollanda (2014, p. 3) complementa ao dizer que a cultura tem seu sentido ampliado nas favelas brasileiras e, dentre diversas situações, enumera seus usos como meio “[...] de alternativa ao desemprego progressivo nessas comunidades, de estímulo à autoestima, de afirmação da cidadania, e conseqüentemente, de demanda por direitos políticos, sociais e culturais”.

Diante do exposto, entende-se que a própria dinâmica de ausência Estatal, a falta de garantia de direitos individuais e sociais faz despertar uma resistência à própria realidade das favelas marcada pela violência e criminalidade desde os processos de socialização até a perpetuação cultural passada por gerações.

Na tentativa de autoproteção da identidade pessoal e do próprio desenvolvimento fadado a seguir o mesmo caminho de muitos envolvidos com tráfico, armas e ilegalidade, surgem, assim, caminhos que possibilitem uma maior margem de escolha a ser seguida por crianças e jovens, já que esses estão em formação principiológica e ideológica.

Assim, as manifestações culturais e sociais são criadas como possibilidade de um futuro melhor a ser seguido pela juventude, que objetiva dar uma resposta ao destino pré traçado erroneamente à sua realidade, bem como o próprio reconhecimento dentro da sociedade como cidadãos iguais de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de toda a exposição do conteúdo do presente estudo, é possível observar a importância do olhar mais aprofundado à realidade das favelas e perceber tamanha a influência das modalidades de violência no desenvolvimento das crianças e dos jovens desse contexto social.

A partir dessa perspectiva, compreende-se toda a simbologia que se criou em torno da expressão favela, que inicialmente era tida apenas como uma transformação no cenário imobiliário e geográfico, principalmente do Rio de Janeiro.

A favela em si é um ponto de produção de cultura, de experiências, vivências e histórias como qualquer outra sociedade, porém com o diferencial de ser carregada de uma pré-concepção negativa a respeito daqueles que nela se criam e se desenvolvem.

De fato, a forte presença da violência e da criminalidade em contato com as pessoas que ali se desenvolvem desde os processos de socialização, com essa realidade passada por gerações através da família, das escolas e do próprio meio social faz com que muitos sigam por esse mesmo caminho.

Pautado no desencadeamento sequente de fatos causados pela má gestão de todo o sistema de controle e organização, ou seja, no erro, há uma constante reprodução desse sistema pelos jovens, pois são os que recebem os ensinamentos de seus familiares.

Nesse ponto de vista, o jovem desde muito cedo é atraído pelos benefícios que o tráfico e a criminalidade apresentam, como o poder, o dinheiro e o status social. Assim, uma pessoa com sua identidade ainda em formação é bombardeada por uma completa inversão de valores, já que há o reconhecimento da desvalorização do trabalho e do massacre social.

Em contrapartida, é importante destacar que todo esse cenário violento, apesar da sua forte presença, não é determinante a ponto de permitir dizer que todos aqueles nesse meio se tornem aquilo que ele propaga.

Assim, existem alguns que, pelo contrário, quando estão diante desse contexto, querem poder escolher outra realidade, querem mostrar que são capazes de ser diferentes e têm força para ir além daquilo que está imposto e determinado.

Com isso, surgem os objetivos que fundamentam as manifestações culturais e trabalhos sociais, como resposta à ausência do Estado, dos direitos fundamentais, da cidadania, da dignidade humana e da igualdade.

Esses projetos demonstram que a cultura é capaz de transformar realidades e pessoas, inclusive oportunizar a juventude a ter poder de escolha e não só a se submeter aos desdobramentos que o viver em periferias oferece.

Dessa maneira, a respeito desses desdobramentos na vida de um jovem em desenvolvimento e em formação que está cotidianamente em contato com a violência e a criminalidade, as consequências são relevantes.

Conclui-se, portanto, diante de todo o exposto, que a violência dentro das favelas é um tema complexo, requer uma análise minuciosa de diversas relações existentes que são desencadeadas desde os processos de socialização dos jovens e a reprodução desse sistema por gerações, o que influencia diretamente no desenvolvimento dos jovens dessas comunidades e gera, como consequência, uma cultura de resistência, que modifica a realidade apresentada nas favelas.

REFERÊNCIAS

BENTES, Ivana. Sertões e favelas no cinema brasileiro contemporâneo: estética e cosmética da fome. **Alceu**, v.8, n.15, p. 242 a 255, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu_n15_Bentes.pdf >. Acesso em: 5 nov. 2018

Nós do Morro. **Acervo Nós do Morro: Matéria do Jornal do Brasil em 21 de outubro de 1997**. 1997 Disponível em: <<http://www.nosdomorro.com.br/index.php/sobre-o-n%C3%B3s>>. Acesso em: 16 nov. 2018

COUTINHO, Marina Henriques. O uso da abordagem dialógica do teatro em comunidades na experiência do grupo nós do morro, da favela do Vidigal, no Rio de Janeiro. **Interações**, v. 1, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://200.229.32.55/index.php/interacoes/article/view/6755/6178> >. Acesso em: 5 nov. 2018

DA SILVA, Luiz Antonio Machado. "Violência urbana", segurança pública e favelas - o caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, mai./ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 ago. 2018

DA SILVA, Luiz Antonio Machado; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 33, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922007000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 ago. 2018

FACINA, Adriana; PALOMBINI, Carlos. O patrão e a padroeira: momentos de perigo na penha, Rio de Janeiro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, mai./ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132017000200341&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 ago. 2018

FLEURY, Sonia. Militarização do social como estratégia de integração: o caso da UPP do Santa Marta. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 14, n. 30, mai./ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222012000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 ago. 2018

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GRILLO, Carolina Christoph. **Coisas da Vida no Crime: Tráfico e roubo em favelas cariocas**. 2013. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Antropologia Cultural) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.neip.info/upd_blob/0001/1540.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2018

GRILLO, Carolina Christoph; POLICARPO, Frederico; VERÍSSIMO, Marcos. A "dura" e o "desenrolo": efeitos práticos da nova lei de drogas no Rio de Janeiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 40, out. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 ago. 2018

GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima et al. Pobreza, violência e trabalho: a produção de sentidos de meninos e meninas de uma favela. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 8, n. 1, jan./abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2003000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 ago. 2018

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. A política do Hip-Hop nas favelas brasileiras.

Alter/nativas, revista de estudos culturais latino-americanos, n. 2, 2014.

Disponível em:

<https://kb.osu.edu/bitstream/handle/1811/59564/CLAS_AN_SP14_BuarquedeHollanda_FavelasBrasileiras.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 nov. 2018

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, v.14, n.4, out./dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000400004&script=sci_arttext>. Acesso em: 5 nov. 2018

MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 40, out. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 ago. 2018

OST, Sabrina; FLEURY, Sonia. O mercado sobe o morro. A cidadania desce? Efeitos socioeconômicos da pacificação no Santa Marta. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, jul./set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582013000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 ago. 2018

QUEIROZ FILHO, Alfredo Pereira de. Sobre as origens da favela. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, v. 10, n. 23, p. 33-48, set./dez, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2736/273621468004.pdf> >. Acesso em: 5 nov. 2018

RAPOSO, Otávio Ribeiro. Cartografia da dança. Segregação e estilos de vida nas margens da cidade. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132016000300765&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 ago. 2018

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; LAGO, Luciana Corrêa do. A oposição favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. **São Paulo em Perspectiva**, vol.15, n.1, jan./mar. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000100016&script=sci_arttext&lng=es >. Acesso em: 5 nov. 2018

RIZZINI, Irene; LIMONGI, Natalia da Silva. Percepções sobre violência no cotidiano dos jovens. **Katálisis**, Florianópolis, v. 19, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802016000100033&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 ago. 2018

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A particularidade do processo de socialização contemporâneo. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 17, n. 2, p. 335-350, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n2/a15v17n2>>. Acesso em 31 out. 2018

SOARES, Gonçalves Rafael. A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro: um breve olhar histórico. **Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, v. 1, n. 1, 2006. Disponível em:
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635115/2930>>.
Acesso em 5 nov. 2018

ZALUAR, Alba; LEAL, Maria Cristina. Violência extra e intramuros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, v. 16, n. 45, dez. 2001. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbcsoc/v16n45/4335.pdf>>. Acesso em 29 out. 2018